1 — Prazo de validade dos concursos — os concursos são válidos até ao preenchimento das vagas postas a concurso.

2 — Local, condições de trabalho e vencimento:

2.1 — O local de trabalho situa-se na área do concelho da Maia;

2.2 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes e aplicáveis aos funcionários da administração local;

2.3 — O vencimento será o correspondente ao índice mais aproximado que couber na estrutura remuneratória da categoria para a qual se faz a promoção, não podendo resultar um impulso salarial inferior a 10 pontos.

3 — Métodos de selecção — concurso de provas públicas para a categoria de técnico superior de serviço social assessor e avaliação curricular, nos termos do artigo 6.º do Regulamento de Concursos da Câmara Municipal da Maia, para a categoria de técnico superior de sociologia de 1.ª classe.

4 — Condições e formalização das candidaturas — podem candidatar-se os funcionários que até ao termo do prazo fixado para os presentes concursos satisfaçam os requisitos gerais constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e que preencham os requisitos estabelecidos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

4.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal da Maia, em papel normalizado, entregue pessoalmente ou pelo correio, com aviso de recepção, no prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação deste aviso no *Diário da República*.

4.2 — Do requerimento deverá constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, estado civil, profissão, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número de identificação fiscal, morada, código postal e telefone);

b) Habilitações literárias;

c) Concurso a que se candidata, com indicação do número e da data da publicação deste aviso no *Diário da República*;

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos pretendam apresentar para melhor apreciação do seu mérito.

Os candidatos são dispensados da apresentação de documentos comprovativos dos requisitos a que se referem as alíneas a) a f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, devendo declarar por sua honra relativamente a cada um deles a situação precisa em que se encontram.

4.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

5 — Os requerimentos dos candidatos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

Certidão comprovativa do tempo de serviço prestado na categoria de origem e da classificação de serviço obtida nos últimos três anos;

Curriculum vitae detalhado, donde constem as habilitações literárias, a experiência profissional, com a indicação das funções com maior interesse para o lugar a que se candidatam, a formação complementar e quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito, juntando prova dos mesmos.

6 — Publicitação das listas dos candidatos admitidos e excluídos e da lista de classificação final — a lista dos candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista de classificação final, serão publicadas nos prazos estabelecidos e nos termos dos artigos 34.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Legislação aplicável — os presentes concursos regem-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro.

7 — O júri dos concursos terá a seguinte constituição:

Presidente do júri — Dr. Paulo Fernando de Sousa Ramalho, vereador dos recursos humanos, e nas suas faltas e impedimentos o vice-presidente da Câmara, engenheiro António Domingos Silva Tiago. Vogais efectivos:

Engenheiro Francisco Manuel Correia de Lemos, director de departamento de Educação, Acção Social e Juventude.

Filomena Carvalho Pontes Brízido, directora de departamento de Gestão dos Recursos Humanos.

Vogais suplentes:

Dr. Álvaro Manuel Vaz Monteiro Dias Duarte, director de departamento Jurídico e do Contencioso.

Dr. Paulo Manuel dos Santos Quelhas Vilarinho, director de departamento de Comunicação, Imagem e Relações Institucionais.

18 de Outubro de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos, Paulo Fernando de Sousa Ramalho.

2611058978

Edital n.º 949/2007

Alteração de operação de loteamento — Discussão pública

Torna-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, decorrerá um período de discussão pública sobre o pedido de alteração da licença de operação de loteamento, registada na Câmara Municipal da Maia sob o n.º 5166, em 29 de Junho de 2007, em nome de José Torres de Sousa Dias, proprietário dos lotes 1, 2 e 3 do loteamento titulado pelo alvará n.º 1/96, localizados entre a Via Diagonal e a Rua Central de Frejufe, freguesia de Silva Escura, com a duração de 15 dias e início 8 dias após a data de publicação do presente edital no *Diário da República*.

Para os devidos efeitos, o projecto da operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos serviços municipais, estará à disposição para quem o pretenda consultar nos Serviços Administrativos de Obras Particulares e Loteamentos desta Câmara Municipal.

Os interessados devem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, no Gabinete de Atendimento Municipal ou nos serviços de correspondência desta Câmara Municipal.

19 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, António Gonçalves Bragança Fernandes.

2611059311

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Aviso n.º 21 398/2007

Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, por despacho do vereador de Recursos Humanos, Professor António Correia Pinto, de 1 de Outubro de 2007, foi autorizada a licença sem vencimento, por um ano, de Armando Manuel Azevedo Paquete, cantoneiro de limpeza desta Câmara Municipal, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na sua actual redacção, produzindo efeitos a partir de 8 de Outubro de 2007.

19 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, Guilherme Manuel Lopes Pinto.

2611058952

CÂMARA MUNICIPAL DA MEALHADA

Aviso n.º 21 399/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 22 de Outubro de 2007, nomeei para o lugar de técnico profissional de 1.ª classe — desenhador a candidata Carla Maria Vieira Marques, com a classificação de 18 valores.

A candidata deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

22 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, Carlos Alberto da Costa Cabral.

2611059217

Aviso n.º 21 400/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 15 de Outubro de 2007, nomeei, para o lugar de técnico superior de 1.ª classe, gestão e administração pública, a candidata Susana Maria de Castro Cabral, com a classificação de 17,5 valores.

A candidata deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

22 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, Carlos Alberto da Costa Cabral.

2611058982

CÂMARA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Aviso n.º 21 401/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 22 de Outubro de 2007, foi nomeada na categoria

de técnica superior de arquivo de 1.ª classe, a única candidata ao concurso interno de acesso limitado, aberto por aviso afixado em 10 de Agosto de 2007, Elsa Maria Rodrigues Covelo.

A candidata dispõe de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República* para aceitar o lugar para que foi nomeada. (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

23 de Outubro de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Dário Humberto Lourenço Barata*.

2611059542

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Aviso (extracto) n.º 21 402/2007

Alteração à estrutura orgânica e quadro de pessoal

Jorge Paulo Colaço Rosa, vereador da Câmara Municipal de Mértola, com competências delegadas na área de recursos humanos, nos termos do despacho do presidente da Câmara n.º 113/2007, de 17 de Abril, torna público, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, na redacção da Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, que a Assembleia Municipal de Mértola aprovou:

Em 29 de Abril de 2005, sob proposta da Câmara Municipal em reunião de 6 de Abril de 2005, a alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica desta Câmara Municipal que se anexa (anexo n.º 1);

Em 28 de Setembro de 2007, sob proposta da Câmara Municipal em reunião de 5 de Setembro de 2007, a alteração ao quadro de pessoal desta Câmara Municipal que se anexa (anexo n.º 2).

8 de Outubro de 2007. — O Vereador, com competências delegadas, *Jorge Paulo Colaço Rosa*.

ANEXO N.º 1

Alteração à estrutura orgânica da Câmara Municipal, para efeitos de criação do Gabinete de Ambiente como unidade orgânica dependente directamente do presidente da Câmara ou do vereador com competência delegada.

SECÇÃO XI

Da Divisão de Obras Públicas e Empreitadas

Artigo 26.º

Composição

A Divisão de Obras Públicas e Empreitadas (DOPE) compreende os seguintes Gabinetes:

- a) Gabinete de Apoio Técnico e Projecto (GATP);
- b) Gabinete de Fiscalização Técnica (GFT).

Artigo 27.º

Funções

- 1 —
- 2 —
- 2.1 — (*Anterior n.º 2.2.*)
- 2.2 — (*Anterior n.º 2.3.*)

Foi aditada a secção xv, «Do Gabinete de Ambiente»:

Artigo 34.º

Composição

O Gabinete de Ambiente (GA) é constituído por um corpo técnico, multidisciplinar, a instalar pelo presidente da Câmara à medida das necessidades e conveniências da autarquia e em função do quadro de pessoal, admitindo novos recursos ou recorrendo a mobilidade interna e a contratação de serviços quando tal situação se justifique.

Artigo 35.º

Funções

1 — São funções do GA, na dependência directa do presidente da Câmara Municipal ou do vereador em quem a competência for delegada, desenvolver as actividades que especificamente lhe forem

distribuídas em função das especialidades que o integram, e designadamente:

a) Recolher e estudar toda a informação que possibilite a elaboração de propostas de sistemas, métodos e técnicas que assegurem a efectiva qualidade e controlo da água, dos efluentes e dos resíduos, em articulação e com o parecer das entidades tutelares, quando for o caso;

b) Assegurar o funcionamento eficiente e eficaz das estações e sistemas de tratamento, aplicando as acções de tratamento adequadas e compilando os resultados das análises para estudo e para fornecimento dos dados estatísticos às entidades oficiais tutelares;

c) Promover as acções de vistoria das instalações, propondo o encerramento das que não cumpram as normas em vigor;

d) Contribuir para a realização da política municipal de ambiente definida para o concelho, relativamente à criação de boas condições ambientais, tendo em vista a satisfação de necessidades em água e saneamento;

e) Colaborar no planeamento e na definição de estratégias relativas ao saneamento básico (águas de abastecimento, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos);

f) Acompanhar o desenvolvimento de projectos e acções locais ou regionais que tenham por objectivo aumentar a disponibilidade de água para abastecimento ao concelho de Mértola;

g) Controlar a qualidade da água distribuída para consumo humano aplicando as metodologias impostas pela tutela;

h) Implementar programas de controlo interno, destinados a monitorizar a eficiência dos sistemas de tratamento de água instalados, contribuindo para a melhoria do seu funcionamento;

i) Propor medidas e acções destinadas a assegurar a qualidade das águas de abastecimento e o correcto tratamento das águas residuais urbanas;

j) Emitir parecer sobre o licenciamento de estruturas ou actividades susceptíveis de provocar danos ambientais ou que contribuam para a ineficiência do funcionamento de estruturas de saneamento básico;

k) Propor e implementar as medidas possíveis para assegurar a preservação da qualidade da água na origem, face ao normativo legal e às condicionantes e especificidades locais;

l) Identificar a necessidade de limpeza e desobstrução de linhas de água, bem como outras medidas e acções ao nível do domínio hídrico em geral, destinadas a proteger pessoas e bens;

m) Assegurar a correcta monitorização da qualidade das águas de recreio face ao normativo legal e à protecção dos seus utilizadores, colaborando na criação e gestão de estruturas de recreio, como piscinas, zonas balneares e zonas ribeirinhas de recreio;

n) Proceder ao levantamento e diagnóstico das fontes de poluição do concelho e promover as acções necessárias à minimização e ou eliminação das mesmas;

o) Emitir parecer sobre projectos de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, em particular sobre os processos de tratamento a adoptar e localização das estruturas de tratamento e armazenamento a instalar;

p) Implementar processos de divulgação voltados para o exterior, de acções destinados a melhorar a qualidade do ambiente no concelho;

q) Mobilizar o interesse da população para a preservação do ambiente e conservação da natureza;

r) Promover acções de sensibilização e formação ambiental junto dos agentes activos do município, em particular da comunidade escolar;

s) Contribuir para a implementação da Agenda 21 Local e outras acções conjuntas ou individuais, destinadas à promoção da qualidade do ambiente.

CAPÍTULO IV

Do quadro de pessoal

Artigo 36.º

Aprovação do quadro de pessoal

(*Anterior artigo 34.º*)

Artigo 37.º

Mobilidade do pessoal

(*Anterior artigo 35.º*)

Artigo 38.º

Direcção e chefia de serviços

(*Anterior artigo 36.º*)